

CÂMARA MUNICIPAL COMENDADOR LEVY GASPARIAN

Av. Vereador José Francisco Xavier nº 01
Comendador Levy Gasparian - RJ - CEP 25870-000
www.camaralevy.rj.gov.br

FOLHA 07 PROC 078/22

Alexandra da Costa Silveira
AGENTE LEGISLATIVO

PARECER JURÍDICO

Processo nº 078/2022

Mensagem do Executivo nº 031/2022

Solicitante: Presidência da Casa Legislativa

Assunto: Projeto de Lei n.º 031/2022, o qual "revoga a Lei Municipal nº 815, de 09 de setembro de 2013, e dá outras providências".

I - RELATÓRIO

Consulta-nos a presidência da Casa Legislativa com escopo de obter parecer opinativo quanto aos aspectos de legalidade, juridicidade, constitucionalidade e técnica legislativa do projeto de Lei em epígrafe.

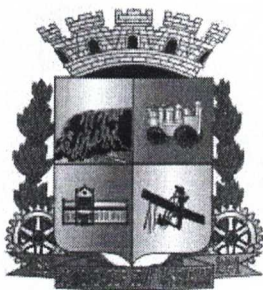
Trata-se de projeto de lei, no qual o Poder Executivo local, pretende autorização legislativa para revogar a Lei Municipal nº 815, de 09 de setembro de 2013, e dá outras providências.

Foi apresentado o respectivo dossiê, integralizado pela Mensagem de Encaminhamento e respectivo Projeto, além de documentos adicionais.

É, em síntese, o breve relato passo a fundamentar de maneira lacônica.

II - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Em relação à competência, não há qualquer óbice à proposta. Conforme dispõe o artigo 30, I, da Constituição Federal de 1988, "Compete aos



FOLHA 09 PROC. 078/2013
ALEXANDRE DA COSTA Siqueira
AGENTE LEGISLATIVO
VIA 1

CÂMARA MUNICIPAL COMENDADOR LEVY GASPARIAN

Av. Vereador José Francisco Xavier nº 01
Comendador Levy Gasparian - RJ - CEP 25870-000
www.camaralevy.rj.gov.br

Municípios legislar sobre assuntos de interesse local."

A pretensão do Poder Executivo, portanto, é de que o Poder Legislativo lhe outorgue autorização, reitera-se, para revogar a Lei Municipal nº 815, de 09 de setembro de 2013, e dá outras providências.

O juízo meritório quanto ao deferimento da pretensão do Poder Executivo tem caráter político, devendo ser debatido e votado pelos nobres *Edis* que integram esta Casa de Leis, não havendo óbice quanto à Legalidade e Constitucionalidade do projeto.

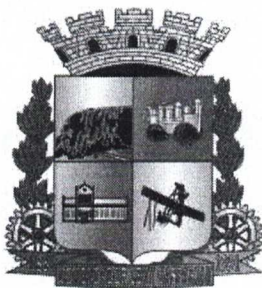
Portanto, não se verifica ilegalidade ou imoralidade no projeto, sendo que a conveniência - ou não - da medida deve ser aferida pelos nobres *Edis*, ao debater e julgar o mérito.

Face aos argumentos listados, o objeto do presente projeto de lei é lícito, atendendo aos parâmetros de juridicidade, legalidade e constitucionalidade.

III- CONCLUSÃO

Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, *in verbis*:

"O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada



CÂMARA MUNICIPAL COMENDADOR LEVY GASPARIAN

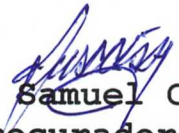
Av. Vereador José Francisco Xavier nº 01
Comendador Levy Gasparian - RJ - CEP 25870-000
www.camaralevy.rj.gov.br

mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução *ex officio* da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador." (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello - STF.) *Sem grifo no original.*

Assim sendo, **opinamos pela legalidade, constitucionalidade e juridicidade do projeto de lei n.º 031/2022**, tendo em vista a observância das disposições constitucionais e legais pertinentes.

É o parecer, *sub censura!*

Comendador Levy Gasparian, 17 de julho, de 2023.


Antônio Samuel Carlos César
Procurador Geral
OAB/RJ 229.092